

O filósofo João Duns Escoto (1265-66/1308), no VII centenário do seu desaparecimento e a sua difusão no período incunabular

Manuel Cadafaz de Matos
Academia Portuguesa da História; e CEHLE (Portugal)

A S. Exa. Reverendíssima,
Dom Frei Cláudio Nori Sturm, O.F.M.,
por ocasião da sua entrada na diocese
de Patos de Minas, com os votos de êxitos pastorais

Decorreu em 2008, no seio da família Franciscana, um duplo acontecimento comemorativo: celebrou-se, então, quer o VII centenário da morte do filósofo medieval britânico, João Duns Escoto (1265-66/1308), quer o II centenário do desaparecimento, em Pequim, do Bispo D. Frei Alexandre de Gouveia (Évora, 1751/1808) que esteve à frente da referida diocese na China.

No âmbito dos estudos que, ao longo de mais de 20 anos, temos vindo a dedicar à família Franciscana (com trabalhos, entre outros e por ordem cronológica, sobre Frei Marcos de Lisboa¹, o referido Alexandre de Gouveia², Beatriz da Silva³, André do Prado⁴, ou Santo António de Lisboa⁵).

¹ Remete-se para o nosso estudo sobre Frei Marcos de Lisboa, editado em 1984-85.

² O nosso trabalho sobre D. Frei António de Gouveia foi primeiramente apresentado no Congresso Mundial de Orientalistas em Hamburgo, em agosto de 1986, sobre o tema “Alexandre de Gouveia e Caetano Pires Pereira: as vias da religião e da cultura numa diocese de Pequim em mudança”. Esta primeira edição, polycopiada, veio a ser ampliada e apresentada ao Huitième Colloque Internationale de Sinologie de Chantilly (França), tendo vindo a ser publicada na *Revista Portuguesa de História do Livro*, vols. 12-13-14, Lisboa 2004.

³ Votámos uma primeira análise a Santa Beatriz da Silva, no âmbito do nosso trabalho “S. Frei Gil, a lenda da sua iniciação nas artes mágico-alquímicas em Toledo e a perspectiva erasmiana do testemunho de André de Resende”, in *Actas do Colóquio de Comemoração dos 600 anos da fundação do Convento do Carmo em Lisboa*, promovido pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1989, pp. 113-148. De momento temos em curso o projecto de edição da vida desta santa, a obra de Sórora Catalina de Santo António, *Margarita Escondida*, códice do século XVII (mais precisamente de 1661). Trata-se de um texto cuja cópia nos foi facultada pelas Irmãs concepcionistas de Toledo, que iremos publicar em breve, depois de termos trabalhado nele acompanhado, então, pelo Pe. Sousa Costa, que também votou a esta santa – na fase final da sua vida e antes do seu desaparecimento em dezembro de 2002 – o seu conhecimento do trabalho, ainda inédito na íntegra, *Um Lírio Quatrocentista Português. Santa Beatriz da Silva, Fundadora da Ordem da Imaculada Conceição (1427-1492)*.

⁴ Um primeiro trabalho sobre Frei André do Prado – inspirado em trabalhos anteriores do Pe. Sousa Costa (e que beneficiou ainda da sua douda orientação) – editámo-lo sob o título “Os diálogos do livro *Horologium Fidei*, o Infante D. Henrique e a problemática filosófica pré-renascentista”, Viseu, *Infante 94, Actas do Congresso Infante D. Henrique, Viseu e os Descobrimientos*, [27-29 de Maio de 1993], 1995, pp. 21-52.

⁵ Manuel Cadafaz de Matos, “Ideologia e práticas de representação antonianas na cultura ocidental do Renascimento. A imagem de Santo António na iconografia e na História do livro quinhentista”, in *Congresso Internacional Pensamento e Testemunho (Porto, Coimbra, Lisboa, 25-30 de setembro de 1995)*,

doso Mestre, A. D. Sousa Costa⁸ – tivemos ensejo de visitar na capital francesa, com efeito, alguns dos lugares a que esse filósofo britânico ficou ligado, quando aí viveu no século XIII. Aí pudemos preparar, também, o breve estudo que votámos quer ao tratado (de Lopes Rebelo), *Do Governo da República pelo Rei*, quer a um outro do mesmo autor, sobre a *Produção das Pessoas no Divino* (ambos em versão portuguesa pelo Dr. Miguel Pinto de Meneses)⁹.

São algumas dessas nossas investigações (de 1998), em evocação de João Duns Escoto, que agora aqui damos aos prelos, neste período de centenário.

I

1. Reflexos de João Duns Escoto na filosofia de Diogo Lopes Rebelo

Registe-se que Diogo Lopes Rebelo se afirma neste seu livro *Do governo da república pelo rei* – que hoje se admite ser ligeiramente posterior (num plano de produção cronológica) ao outro de sua autoria intitulado *Tratado da produção das pessoas [no divino]*¹⁰ – também como um devoto leitor de João Duns Escoto (c. 1266-1308)¹¹. Esse apego à obra do filósofo que cursara em Oxford, antes de passar a viver em Paris¹², já havia, aliás, sido uma constante em diversos outros pensadores portugueses antes dele¹³.

⁸ A. D. Sousa Costa, “Mestre Frei André do Prado, desconhecido escotista português do séc. XV”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 23 (1967), 293-337.

⁹ Manuel Cadafaz de Matos, “Diogo Lopes Rebelo, um pré-humanista na sua modernidade, visto à luz da edição tipográfica (quatrocentista) parisiense das suas obras”, in *Diogo Lopes Rebelo, Do Governo da República pelo Rei, Tratado das Produções das Pessoas. [Divinas]*, Lisboa: Centro de Estudos de História do Livro e da Edição – CEHLE e Edições Távola Redonda, 2000, pp. VII-LXV.

¹⁰ A. B. Wolter, na sua obra *The Philosophical Theology of John Duns Scotus*, M. McCord Adams editor, Ithaca/ Londres, 1990, questiona-se sobre o período da (curta) vida de Duns Escoto em que ele terá escrito o *Tratado do Primeiro Princípio*. Num seu outro trabalho, *The Transcendentals and their function in the Metaphysics of Duns Scotus*, Nova Iorque, 1946, o mesmo autor sustenta, com efeito, que esse *Tratado do Primeiro Princípio* se deve contar entre as últimas obras do filósofo escocês, “se não mesmo a última”.

¹¹ Odulf Schäfer, O.F.M., “Resenha abreviada da bibliografia escotista mais recente (1954-1966)”, in *Revista Portuguesa de Filosofia, No sétimo centenário do nascimento de Escoto*, tomo XXIII, fasc. 3, Braga, Julho-Setembro de 1967, pp. 338-363.

¹² No outono de 1302, Duns Escoto inicia as suas lições em Paris. Tendo regressado, por breve tempo, a Oxford, já em 1304 se encontra de novo a leccionar na capital francesa. Aí se mantém até 1397, altura em que decide ir ensinar para a cidade de Colónia. Escoto acaba por falecer nesta cidade germânica em 8 de novembro do ano seguinte. Contava então pouco mais de quarenta anos, mas já deixava para a posteridade uma vasta obra. A argumentação deste filósofo escocês, segundo A. B. Wolter, in *The Philosophical Theology...*, edição ant. cit. (1990), é “talvez uma das mais elaboradas e pormenorizadas provas da existência de Deus construídas durante a Idade Média”.

¹³ Francisco de Coimbra fora seu discípulo em inícios do século XIV em Paris. “Quando em fins de Junho de 1303 Duns Escoto, por se recusar a subscrever as acusações de Filipe o Belo contra o papa Bonifácio VIII, foi expulso de Paris, com ele e pelo mesmo motivo foi dali expulso Frei Francisco de Coimbra seu discípulo que lhe ouvia o curso das Sentenças”, regista F. Félix Lopes, O. F. M., “As doutrinas escotistas na cultura e escolas de Portugal”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 1967, pp. 235-249 (em particular in p. 239). O mesmo autor franciscano estabelece ainda que Frei Pedro da Cruz, professo na Província de Portugal, publicou também, em fins do século XV, mais precisamente em 1500, na cidade de Veneza, duas obras em que discute as doutrinas escotistas intituladas *Questio de ratione subjecti primi scientiae secundum Johannem Scotum an ad entia rationis extendatur; e Summulae Joannis de Monte minoritae doctoris parisiensis super Petrum Hispanum ad mentem Doctoris Subtilis Joannis Scoti*. – São já depois do desaparecimento de Diogo Lopes Rebelo as edições de outras obras de portugueses sobre Escoto, nomeadamente uma de Frei Gomes de Lisboa, a *Questio perutilis...*, de Veneza, 1517 (que mereceu uma cuidada edição ao Pe. Joaquim Cerqueira Gonçalves); e uma outra de João Vígério, *Lectura in librum primum scripto Oxoniensi Scoti*, verificada em 1527.

Ao tratar de uma matéria com incidência na Filosofia política, o teólogo português estabelecido na cidade onde ensinara Escoto, detém-se em particular nas suas reflexões no tratado daquele mestre de Oxford intitulado *Resolutiones* [ou *Quaestiones*] *in quatuor libros sententiarum*¹⁴. Tal verifica-se, sobretudo, nos cap^os. IV, VIII, XIII, e XIV.

Pode estabelecer-se, em resumo, que enquanto Diogo Lopes Rebelo utiliza neste tratado *Do governo da república pelo rei*, o livro de Escoto intitulado *Resolutiones in quatuor libros sententiarum*, no seu *Tratado da produção das pessoas no divino segue*, no essencial, o *Tratado do primeiro princípio*, do mesmo filósofo inglês.

Podemos ainda interrogar-nos se existem alguns traços que denotem confluência entre o pensamento de Diogo Lopes Rebelo e de outros pensadores portugueses de várias gerações que o antecederam, neste âmbito preciso da filosofia política e da soberania régia.

Num plano de produção teológica, por um lado, a sua obra – em particular aquela que produziu anteriormente à redacção do tratado *Do governo da república pelo rei* – associa-se, com efeito, à do seu compatriota Frei João Sobrinho¹⁵. Neste seu tratado de inspiração manuelina (*Do governo...*), ele já patenteia outro género de influências textuais. Descendo do reino de Deus ao reino dos homens, o filósofo repensa as artes do amor e as artes da guerra.

É neste segundo âmbito específico que Diogo Lopes Rebelo pode ter também algumas linhas de confluência de pensamento em relação a outros autores portugueses de gerações que o antecederam. Encontra-se, assim, em comunhão com o pensamento vegeciano presente em D. Duarte (1391-1438), no seu *Leal Conselheiro*.

O Professor do colégio de Navarra, referindo-se às duas virtudes que deve ter o monarca, a fortaleza e magnanimidade, estabelece que elas já “vigoraram outrora entre os romanos”. Eles “mereceram o nome de senhores do mundo, segundo o testemunho de Vegécio, no *Da arte militar*, o qual afirma que os romanos alcançaram o império do mundo, não pela multidão das gentes, mas pela prudência dos cônsules, e pela virtude da fortaleza e perícia militar”.

Este passo de Diogo Lopes Rebelo, como leitor de Vegécio¹⁶ apresenta a sua natural correspondência com a leitura que D. Duarte fez desse mesmo tratado¹⁷.

Esta leitura de Vegécio pelo teólogo português – e tendo ainda no seu horizonte o recém-entronizado D. Manuel – implica uma vez mais que tenham em linha de conta alguns aspectos da filosofia da guerra neste período. Não distante dos pressupostos do *De Bello* erasmiano, ele tinha no seu horizonte teórico, como anteriormente referimos, o conceito de uma guerra “justa”.

2. Alguns dados sumários para o registo catalográfico do *Tractatus de productionibus personarum*, de c. 1493 a 1495

A presente edição conclui-se com a edição do *Tratado das produções das pessoas no divino*. Embora já se tenha escrito, por diversas vezes, que esta foi impressa em

¹⁴ Existem várias edições incunabulares que eventualmente poderiam ter existido na biblioteca do colégio de Navarra, de que se poderá ter servido este autor português. É o caso das de Bolonha 1478; Veneza 1477-1478; Nuremberga, 1481, Veneza 1481, Veneza 1490, respectivamente identificadas no catálogo de Craviotto sob os n^os. 2196-2200.

¹⁵ Veja-se o tratado deste autor (que mereceu uma recente edição por parte de Moses Amzalak), intitulado *De Justitia commutativa*, referenciado por Artur Moreira de Sá em notas aos cap^os. I e XI deste tratado de Diogo Lopes Rebelo (v. p. 183 e p. 211, adiante).

¹⁶ Esta obra de Vegécio havia sido editada, não muito antes de o teólogo português escrever o seu tratado, referenciando Craviotto uma edição “Pisciae”, de 1488 (n^o 6001).

¹⁷ Artur Moreira de Sá remete, com efeito, para o *Leal Conselheiro*, na edição de Piel, Lisboa, 1942, p. 215.

Paris, presumivelmente na oficina de Guy Marchant, c. de 1497, as nossas investigações apontam para que tal tenha sucedido um pouco antes, entre 1493 e 1495 (ou, segundo outros historiadores do livro, entre 1493 e 1500¹⁸).

Trata-se de uma obra de pequeno formato que não ocupa mais do que dois escassos cadernos, num total de (apenas) 14 fls. impressas. Por razões que desconhecemos o impressor atrás referenciado deixou todo o espaço da fl [1] r^o. e v^o. em branco.

De formato *in 4^o*, essas 14 (2) folhas apresentam as seguintes assinaturas: a8, b8. Este incunábulo existe, nomeadamente, na Biblioteca Nacional em Lisboa (inc. 516) e na Bibliothèque Municipale de Lyon, França (inc. 745) e é referenciado em catálogos usuais como os seguintes: C 3691, BGP II 73, Pell 7260 (7202) e Maria Valentina Mendes 1097.

As dimensões deste incunábulo – ao que nos confirmou por escrito o Dr. Guy Parguez, Conservador Geral Adjunto daquela biblioteca francesa (em resposta a uma nossa missiva de 1999) são: mancha de página (global) 183 x 128 mm; mancha de composição tipográfica, 129 x 82 mm.

Tivemos presentes, na realização do presente trabalho, quer uma reprodução do exemplar da BN (Lisboa), quer uma do da biblioteca lionesa. Em relação ao exemplar português, agradecemos ao Prof. Francisco Bethencourt, então director da Biblioteca Nacional, por ter autorizado em abril de 1998, quando da respectiva reprodução em microfilme, a sua utilização para este efeito; bem como ao Prof. Pedro Calafate, do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, por nos ter cedido cópia da reprodução do mesmo que detinha.

Reproduzimos o exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, em virtude de estar caracterizado pela intervenção de um (ou mais) leitor(es) que em tempos remotos procedeu ao seu estudo e respectivas anotações no exemplar que lhe *pertencia*. São essas notas que também aqui reproduzimos em *fac-símile*, para o estudo das mesmas pelo leitor mais exigente.

3. Algumas das fontes directas (e indirectas) de Diogo Lopes Rebelo desta obra incunabular parisiense

Diogo Lopes Rebelo, na sua própria formação teológica, era um admirador confesso da obra do filósofo João Duns Escoto, o que se manifesta na redacção deste tratado (e em partes proporcionalmente menos significativas no texto de *Do governo da república pelo rei*, que escreverá pouco depois).

Este pensador português medieval, tomado de admiração por aquele filósofo escocês em inícios da década de noventa (do século XV), optou por uma apreciação das incursões teóricas daquele autor materializadas no *Tratado do Primeiro Princípio*. O resultado foi, assim, uma curta mas profunda obra, que preenche as referidas 14 folhas impressas (de um caderno de 16 fls.), intitulada *Tractatus de productionibus personarum*, editada naquela data em Paris.

Importa estabelecer, agora, algumas das principais fontes textuais a que recorreu Diogo Lopes Rebelo na redacção deste seu tratado filosófico. Este levantamento sumário permite, assim, também “arquitectar” uma história da leitura deste professor português ao serviço da universidade francesa de então.

¹⁸ Francisco García Craviotto, no *Catálogo General de Incunables en Bibliotecas Españolas* (2 vols.), Madrid: Dirección General del Libro y Bibliotecas, 1989 (passamos a referenciar esta obra como *CGIBE*), identifica esta edição sob o n.º. 4869, identificando o exemplar do incunábulo existente na Biblioteca Colombiana. Esta é, com efeito, uma das cópias da presente obra de Diogo Lopes Rebelo existentes na Península Ibérica, para além da existente na biblioteca Nacional de Portugal.

3.1. Pensamento grego e latino anterior ao Cristianismo (Grécia e império romano)

O pré-humanista português foi também um leitor e comentador atento – para além do tratado de João Duns Escoto (de que trataremos mais adiante) – da obra de Aristóteles. Ele recorre, por exemplo, em mais de uma passagem, ao tratado *De Physica*. Descortina-se ainda, numa ou noutra passagem, a sua predileção pela *Historia animalium*, do mesmo autor.

Esta última obra de Aristóteles, aliás, tinha conhecido nos meios universitários em Paris, entre os séculos XIII e XV, uma significativa popularidade. Um dos casos que podem ilustrar esta vertente é o códice iluminado dessa *Historia animalium*, produzido em Paris, c. de 1280, hoje existente no Merton College, em Oxford, na Grã-Bretanha¹⁹.

O autor português, na primeira parte desta sua obra (tratando de duas proposições distintas), referencia, por seu lado, os Livros VII e III da *Metafísica* do mesmo autor. Um pouco adiante, transcreve o espírito de uma passagem do Livro III do *De Anima*, também do filósofo estagirita.

O antigo mestre de Gramática de D. Manuel está também atento a questões hermenêuticas. Evidencia, ainda, os seus conhecimentos nesse âmbito – a um nível mnemónico ou não (neste caso tendo a fonte impressa junto a ele quando da redacção deste seu tratado) – quando trata, na parte final deste seu tratado do Livro II do *Perihermeneias*.

O estagirita é ainda mencionado – embora numa transcrição curta e ocasional – através de uma passagem do seu tratado *Posteriores*, Livro I, o que sucede quando trata das formas do *entendimento* no Pai.

3.2.-3.3. Bíblia: fontes veterotestamentárias e novitamentárias

Este tratado do filósofo português quatrocentista, no respeitante ao levantamento das fontes essenciais do seu conteúdo, permite a identificação quer de autores do período anterior ao Cristianismo, quer de outros intelectuais da Alta e Baixa Idade Média. No que concerne a fontes bíblicas não se serviu – pelo menos que sejam directamente visíveis – de outras para além daquela, retirada de o livro do *Apocalipse* de João²⁰, x, 29.

Nesta curta passagem bíblica regista-se: “Meu Pai, que mas deu, é maior que todas as coisas”. Comungando do espírito de João Duns Escoto, Diogo Lopes Rebelo convida os seus leitores a um reconhecimento e aceitação dos valores da omnipresença e da omnivivência do Pai.

¹⁹ O conteúdo deste códice apresenta algumas afinidades com o de Aldobrandino de Siena, *Regime do corpo*, produzido em Lille, França, c. de 1285 (British Library, Ms. Sloane, 2435), considerado como um “manual de sexualidade” medieval. Em relação ao referido códice *Historia animalium*, de Aristóteles (Merton College, Ms. 271), o comentador ou tradutor medieval parisiense – detendo-se no Livro IX e tratando de aspectos relativos à fecundação e procriação humanas – ostenta uma iluminura curiosa. São apresentados, em dois planos, primeiramente uma mulher e um homem em acto amoroso físico; e, de seguida, a mesma mulher, já com um filho nos braços. As figuras dos adultos são encimadas pela representação de dois coelhos (frente a frente) que, por ostentarem um cromatismo diferenciado, podem induzir para a presença de macho e fêmea. O casal de coelhos e o casal humano parecem, assim, indiciar uma representação procriativa em afinidade. – Remete-se a este respeito para Michael Camille, *The Medieval Art of Love. Objects and subjects of Desire*, Londres: Laurence King Publishing, 1998, p. 144.

²⁰ Em relação a outros comentários (também) publicados em Paris sobre o *Apocalipse* de S. João, desta feita da responsabilidade do teólogo Ioanne Gagnaeio, remetemos para a edição (atrás referenciada na n. 62) “D. Ioannis Apocalyps. in brevissima scholia recens edita” (sic), in *Brevissima & facillima in omnes divi Pauli epistolae scholia, ultra priores editiones, ex antiquissimis Graecorum authoribus, abunde locupletata...*, Paris: Oficina de Simonem Colinaeum, 1543 [na LHITIPOR], fl. 199 rº. - fl. 212 vº.

3.4.-3.5. Pensamento latino e grego pós-cristão: período dos Doutores (e outros Padres) da Igreja

Em relação ao primeiro destes dois pontos, não são facilmente detectáveis neste seu tratado influências de autores (de entre os séculos I e IV) como Lucano, Suetónio, Diógenes de Laércio ou Vegécio, presentes como vimos atrás naquele seu outro tratado. No que respeita, por seu lado, ao segundo daqueles pontos, constata-se a presença, entre outros autores, de Dionísio [séc. V-VI].

O responsável pela obra aqui em estudo aprecia, pelo menos, duas passagens do tratado de Dionísio *De divinis nominibus*. Fá-lo para se documentar em relação a aspectos da perfeição simples, analisando as pessoas *no divino*.

Um dos autores que o português mais segue nesta sua obra é, sem dúvida, Santo Agostinho [354-430]. Esse seu procedimento é justificado, no essencial, por se encontrar em comunhão de espírito com os ensinamentos do mais famoso dos Doutores e Padres da Igreja no tratado *Da Trindade*. Não deixa de ser curioso verificar que praticamente todas as citações deste autor são retiradas do Livro I deste tratado agustiniano.

De um período ligeiramente posterior, Gregório I ou Gregório Magno [c. 540-604] vê também os seus ensinamentos serem objecto de reflexão por parte do teólogo do colégio de Navarra. A sua inclusão no âmbito de tão grandes mestres justifica-se pelo facto de também ele referir que as coisas da fé não podem ser provadas pela razão natural, pois “doutro modo a fé não teria mérito”.

3.6. Alta e Baixa Idade Média cristã

No que respeita a este período específico, o teólogo português fixado em Paris segue neste seu tratado os ensinamentos de, entre outros, Anselmo [1033-1109], Pedro Lombardo [c. 1100-1160], Tomás de Aquino [1225-1274], ou – num âmbito mais alargado e como já referimos atrás – João Duns Escoto e, ainda (em reduzida dimensão), Henrique de Gand [c. 1240-1293] ou Francisco de Meyronnes [1288-c.1325/1328].

De Anselmo²¹, por seu lado, Diogo Lopes Rebelo identifica o *Monologion*, 15, logo na abertura deste seu tratado. Toma essa atitude ao referir-se ao domínio da *perfeição*.

Em relação a Pedro Lombardo, é bem manifesto neste tratado do ex-Mestre de Gramática do Duque de Beja que ele acolheu e seguiu com particular simpatia – tal como, aliás, era frequente por parte dos teólogos da época – os ensinamentos das *Sentenças* desse autor. No que respeita aos quatro livros das *Sentenças*²², é sabido que este teólogo português do Colégio de Navarra identifica, no essencial do seu conteúdo, passagens do Livro II²³ daquele que considera como *Mestre das Sentenças*.

Essa aproximação de Diogo Lopes Rebelo ao espírito teológico do filósofo da Lombardia advém do facto de ele querer provar a perfeição divina. Ao que regista o português

²¹ Remete-se para *Santo Anselmo, Proslogion, seguido do Livro em Favor de um Insensato, de Gaunilo, e do Livro Apologético*, tradução, introdução e comentários de Costa Macedo, Lisboa: Porto Editora, col. “Filosofia-Textos”, n.º 10, 1996.

²² Vimos atrás (e remetemos para a n. 68 deste nosso trabalho) que uma das muitas edições que no século XVI chegavam a Portugal com esta prestigiada obra do teólogo Pedro Lombardo foi a intitulada *Petri Lombardi Episcopi Parisiensis Quadripartitum Opus, Nostre Christianis. decreta & orthodoxorum theologorum Sententias...* Paris: Oficina de Jean Petit, Poncetum le Preux e Ambrosium Girault, 1536 (uma das várias edições quinhentistas deste autor existentes na LITHIPOR).

²³ *Vide* (na edição constante da n. anterior) esse Livro II entre fls. CVr.º. e CLXXXr.º., a que se seguem “Tituli” e “Tabula”, referentes a esse mesmo livro sem dúvida que de grande utilidade para o investigador.

criador, redentor e glorificador são essenciais porque convêm às três pessoas e, no entanto, não são perfeições simples, visto que... existindo eles em Deus em certo tempo, seguir-se-ia que haveria em Deus uma perfeição simples que seria temporária e não eterna, o que é falso e herético dizer.

De Tomás de Aquino identifica pelo menos uma passagem, em que ousa contradizer uma afirmação do Mestre que segue e aprecia. É seu propósito, neste aspecto particular, distanciar-se de uma conclusão do autor da *Summa Theologica* de que, se o Espírito Santo não procedesse do Filho, não se distinguiria dele.

3.6.1. João Duns Escoto, o inspirador

João Duns Escoto, por seu lado e pelas razões atrás aduzidas, é o filósofo por excelência que, a cada passo, está presente neste tratado do mestre teólogo português. Se o religioso do século XIII, por um lado, é a fonte inspiradora do pensamento no divino, por outro, também não dispensa os comentários da parte do português.

Perante a responsabilidade científica de partilhar com o público a primeira edição portuguesa do *Tratado sobre as produções das pessoas [no divino]*, de Diogo Lopes Rebelo – autor que segue *pari passu* o *Tratado do Primeiro Princípio*, de João Duns Escoto – importa, em termos metodológicos, tomar por base o *cânone* da edição latina deste tratado do escocês²⁴.

Há por outro lado, no âmbito de uma confluência com outros trabalhos do mesmo autor do século XIII, que tomar em linha de conta os textos estabelecidos em outras edições, nomeadamente no que concerne a uma das mais prestigiadas edições quinhentistas do filósofo de formação oxoniense. É o caso – e mesmo tomando em linha de conta que neste estudo nos votamos apenas à análise das obras de Duns Escoto no período incunabular – da edição lionesa de 1520, preparada por Antonio de Sanctis Tarvisino e que engloba, nomeadamente,

I
Tabula prima materierum [sic] disputarum;
Tabula diffinitionum Tertia in ordine, et divisionum Quarta;
Sectio quinta Scientialium [sic] Regularum ac Theorematum, cui annectitur notabilium prepositionum. Tabula Sexta de mente doctoris Subtilis...
Octava sectio Tabule generalis in qua artificiosum epithoma scibilium seu Mare magnum Scoticarum speculationum et universis...

II
Quaestiones quolibetales (prima - vigesima prima);

III
Disputationes collationales (I – XX18)²⁵.

²⁴ Tem vindo a decorrer, a um ritmo ponderado (e com trabalhos meticulosos) a vulgarmente designada por “edição Vaticana” de João Duns Escoto. Trata-se, já se vê, da edição crítica dos *Opera Omnia*. Da *Ordinatio* tínhamos conhecimento (até recentemente) da publicação dos primeiros sete volumes. Para efeitos deste nosso trabalho seguimos a edição *Johannes Duns Scotus. Abhandlung über das erste Prinzip*, com estabelecimento do texto por W. Kluxen, Darmstadt, Alemanha, 1979. Temos presente, de igual modo, a edição *Tratado acerca del Primer Principio*, com texto estabelecido por F. Alluntis, Madrid, 1989.

²⁵ Desta edição, em três tomos (encadernados num só), da cidade de Lyon – dos prelos dos Giunta, também ali estabelecidos – existe um exemplar na nossa biblioteca.



Um dos frontispícios dos *Opera*, de João Duns Escoto: as *Quaestiones quolibetales*, Lyon, 1520 (LHITIPOR)

Nesta área de pesquisas da Filosofia medieval escotista, com vista a um entendimento mais profundo das proposições do *Tratado sobre as produções das pessoas [no divino]*, de Diogo Lopes Rebelo, que adiante se publica, entende-se ser ainda do maior interesse tomar por referência alguns dos estudos primordiais por alguns dos mais credenciados analistas do autor do *Tratado do primeiro princípio*. É o caso dos estudos escotistas, sem dúvida que (ainda) precursores de, entre outros, E. Gilson²⁶ ou Paul Vignaux²⁷.

Já em fins do século XV, Diogo Lopes Rebelo, dada a multitude de interesses de João Duns Escoto ante uma mundivivência do espírito do *divino*, procurou no essencial, nesse seu tratado de meados da década de noventa, aprofundar algumas ideias do *Tratado do primeiro princípio* (que recentemente mereceu a Mário Santiago de Carvalho, do Instituto de Filosofia da Universidade de Coimbra, uma cuidada edição²⁸). Para além desse modelo de intervenção o filósofo português procurou, também, estabelecer o seu comentário às proposições que suscitaram o seu particular interesse, tendo tal sucedido em grande número.

A Diogo Lopes Rebelo (e a este seu trabalho de exame de fontes), numa postura do filósofo que vai progredindo de *proposição* em *proposição*, pode hoje concluir-se que nada daquele tratado do século XIII lhe foi estranho. O português, dotado de um profundo conhecimento das questões teológicas escotistas, afirma-se, aí, ora em consonância com aquele autor e comungando dos seus princípios, ora distanciando-se criticamente dele.

²⁶ E. Gilson, *Jean Duns Scot, Introduction à ses positions fondamentales*, Paris, 1952.

²⁷ Paul Vignaux, “Recherche métaphysique et théologie trinitaire chez Jean Duns Scot”, in *Aquinas*, 1962, pp. 1-23; idem, “Infini, liberté et histoire du salut”, in *Acta Tertii Congressus Scotistici Internationalis, Roma, 1972*, pp. 495-507; idem, “Lire Duns Scot aujourd’hui”, in *Regnum hominis et regnum Dei, Acta Quarti Congressus Scotistici Internationalis* (1976), Roma, 1978; idem, “Métaphysique de l’Exode, philosophie de la religion à partir de De Primo principio selon Duns Scot”, in *Rivista di Filosofia neoscolastica*, LXX, 1978, pp. 135-148.

²⁸ João Duns Escoto, *Tratado do Primeiro Princípio*, tradução do latim e nota introdutória por Mário Santiago de Carvalho, Lisboa: Edições 70, col. “Textos Filosóficos”, n.º. 43, 1998.

Uma leitura comparativa dos tratados do escocês²⁹ e do português leva inequivocamente à conclusão de que, quando da redacção do seu texto, Rebelo tinha presente uma edição daquele tratado do mestre oxoniense. Não andaremos, decerto, muito longe da verdade, se admitirmos que ele tinha consigo – porventura pertencente à rica biblioteca do Colégio de Navarra, a edição de João Duns Escoto, *Quaestiones quodlibetales. De Primo rerum principio* [Veneza, Bernardinus Riccius, 1490]³⁰.

Esse *Tratado do Primeiro Princípio* encontra-se subdividido em quatro partes. Para além de um capítulo I, ou secção introdutória³¹, ele apresenta um capítulo II em que, desenvolvidamente, apresenta 16 conclusões. Nestas o autor prova desde “não há coisa nenhuma que esteja essencialmente ordenada a si mesma” até “todo o *finito* é excedido”³².

O capítulo III desse tratado, por sua vez, engloba 19 conclusões. Principiando por verificar que “nos entes, existe alguma natureza *efectiva*”, explicita, no final desta secção, que “uma única natureza existente é primeira em relação a qualquer outra...”³³.

²⁹ Nessa leitura comparativa, no que concerne a João Duns Escoto, seguimos os dados do índice da edição constante da nossa nota anterior. – Importa esclarecer que, sendo o âmbito específico da nossa especialidade a História do Livro e não a Filosofia medieval, não estamos dotados de conhecimentos que nos permitam um debate profundo dos temas tratados por Escoto neste seu tratado. A inserção em nota, como se segue adiante, dos sumários de cada um dos capítulos desta obra do filósofo do século XIII, poderá permitir aos especialistas análises comparativas do texto de Escoto com o ultimado por Diogo Lopes Rebelo. É esse, de facto, o nosso único intuito.

³⁰ Incunábulo referenciado no Catálogo de Craviotto, sob o n.º. 2192. É muito mais provável que dispusesse dessa edição do que da intitulada *Quaestiones in Aristotelis Metaphysicam. De primo rerum principio*, Veneza Bonetus Locatellus, *impens.* Octaviani Scoti, 20 de novembro de 1497 (catálogo Craviotto, n.º. 2194), na medida em que, quando tal edição foi terminada, já teria sido concluído o trabalho de colação de fontes por parte de Diogo Lopes Rebelo, como se procurou provar, atrás, neste nosso trabalho.

³¹ Aí João Duns Escoto apresenta quatro curtas intervenções, que referencia como da primeira à quarta divisão.

³² São estas as conclusões do pensador escocês neste seu capítulo II (sendo as designações das conclusões, em língua portuguesa, da responsabilidade de Mário Santiago de Carvalho, que seguimos neste passo): 1 - Que não há coisa nenhuma que esteja essencialmente ordenada a si mesma; 2 - O círculo é impossível em qualquer ordem essencial; 3 - O que não é posterior ao anterior também não o é ao posterior; 4 - O que não é “finito” não é “efectuado”; 5 - O que não é “efectuado” não é “finito”; 6 - O que não é “efectuado” não é “materiado”; 7 - O que não é “materiado” não é “formado” e vice-versa; 8 - O que não é causado por causas extrínsecas, não é causado por causas intrínsecas; 9 - Os quatro géneros das causas, quando causam o mesmo, ordenam-se essencialmente; 10 - Se se comparam dois efeitos com uma mesma causa, ela ou é causa próxima ou é causa remota; 11 - Nem todo o efeito mais próximo de uma causa é causa de um efeito mais remoto da mesma causa; destarte, algum efeito é anterior, embora não anterior porque seja a sua causa; 12 - Nada depende essencialmente senão de uma causa ou de um efeito mais próximo de uma causa; 13 - Nem tudo o que é excedido depende essencialmente do eminente. Logo, o primeiro membro da primeira divisão não implica o segundo; 14 - Nem tudo o que depende é excedido por aquilo de que depende; 15 - A pluralidade nunca deve ser posta sem necessidade; e 16 - Todo o “finito [sic]” é excedido. Quanto à emenda de «*finido*», o tradutor desta obra para a língua portuguesa, Prof. Mário Santiago de Carvalho, docente de Filosofia Medieval na Universidade de Coimbra, opta pelo conceito de *finido*, em detrimento de *finito*, por entender que exprime assim melhor o pensamento de Duns Escoto na sua época.

³³ Aí se inserem as seguintes conclusões de Escoto: 1- Nos entes existe alguma natureza “efectiva”; 2 – Algum efectivo é absolutamente primeiro, isto é, nem efectivo nem efectivo em virtude de outro; 3 – Um efectivo absolutamente primeiro é incausável, porque é infectível e é efectivo independente; 4 - Um efectivo absolutamente primeiro existe em acto e uma natureza actualmente existente é efectiva dessa maneira; 5 – O incausável é em si mesmo necessário; 6 – A necessidade de existir por si pertence a uma só natureza; 7 – Nos seres há uma natureza que é finitiva; 8 – Algum finitivo é absolutamente primeiro, isto é, nem ordenável a outro nem apto por natureza a finalizar outros em virtude de outro; 9 - O primeiro finitivo é incausável; 10 – O primeiro finitivo existe em acto e esta primazia convém a uma natureza que exista em acto; 11 – Entre as naturezas dos seres há uma que é excedente; 12 – Alguma natureza eminente é absolutamente primeira em perfeição; 13 – A natureza suprema é incausável; 14 – A natureza suprema é uma natureza existente em acto; 15 – A tríplice primazia na referida tríplice ordem essencial, de eficiência, de fim e de eminência, pertence a uma mesma e única natureza existente em acto; 16 – É impossível que o mesmo ser dependa essencialmente de dois, em cada um dos quais termine totalmente a sua dependência; 17 – Qualquer primazia de causa extrínseca de um tipo pertence a uma única natureza; 18 – O primeiro efectivo é actualíssimo porque contém virtualmente toda a actualidade possível. O pri-

O Mestre que (antes de falecer na cidade de Colónia) bafejou os seus alunos parisienses com os seus sábios ensinamentos, apresenta, finalmente, no capítulo IV desse seu tratado, um conjunto de 11 conclusões, a nona das quais comportando sete vias. Trata aí de temas como “em si a primeira natureza é simples”, até, e dirigindo-se à divindade, “És o Deus único, além de ti não há outro, tal como disseste pelo Profeta”³⁴.

II

4. Alguns outros aspectos sumários da circulação dos textos de Duns Escoto em França (e na Alemanha) após o aparecimento na Europa das técnicas tipográficas

Na fase final da Idade Média, os estudos em torno da obra de João Duns Escoto e as respectivas edições, após o advento da era do *impresso* – que na sua maioria vieram a dar origem à recente edição (definitiva?) da Biblioteca Apostólica Vaticana³⁵ – vieram a dar origem a uma multiplicidade de tradições textuais escotistas, quer em França (como se viu no caso de Diogo Lopes Rebelo) e na Alemanha, quer na Itália ou na Península Ibérica. Em termos de *lectio* definitiva, os respectivos estemas, no âmbito da fixação definitiva dos textos de Duns Escoto, as questões de índole filológica ainda não se consideram definitivamente consolidadas no tocante aos testemunhos escritos deste pensador medieval oxoniense.

Há que estabelecer, com efeito, que os textos de Escoto vieram a conhecer uma natural e compreensível maior divulgação com o advento da era do impresso. Importa distinguir, no entanto, o que é hoje verdadeiramente considerado como sendo desse autor e aqueles textos que deverão obrigatoriamente ser referenciados (como o são de facto pela crítica, na especialidade), como “pseudo-Duns Escoto”. Continuaremos a seguir aqui, para o efeito, os textos de ambas as tipologias escotianas sumariamente descritos por Francisco García Craviotto³⁶.

meiro fim é óptimo porque contém virtualmente toda a bondade possível. O primeiro eminente é perfeito porque contém de modo eminente toda a perfeição possível; 19 – Uma única natureza existente é primeira em relação a qualquer outra na tríplice ordem referida, pelo que qualquer outra natureza é-lhe assim triplamente posterior.

³⁴ São estas as conclusões apresentadas neste último capítulo do *Tratado do Primeiro Princípio*: 1 - Em si a primeira natureza é simples; 2 - Tudo o que é intrínseco à suma natureza é-o sumamente; 3 - Toda a perfeição em sentido absoluto e em sumo grau é necessariamente inerente à suma natureza; 4 - O primeiro eficiente é inteligente e dotado de vontade; 5 - O primeiro causante causa de um modo contingente tudo aquilo que causa; 6 - Para a primeira natureza, amar-se é idêntico à natureza primeira; 7 - Nenhum acto de entender pode ser um acidente da natureza primeira; 8 - O entendimento do primeiro princípio entende sempre em acto, necessária e distintamente tudo o que é inteligível por natureza antes que o inteligível exista em si mesmo; 9 - És infinito e incompreensível para um ser finito? 10 - Da infinidade segue-se omnimoda simplicidade; e 11 - És o Deus único, além de ti não há outro, tal como disseste pelo Profeta.

³⁵ Remete-se para a edição crítica (iniciada em 1950 e ainda em curso), *Ioannis Duns Scoti Opera Omnia*, conhecida por *Edição Vaticana*, crítica mas ainda em curso, desde 1950; t. I: *Ordinatio*, Prologus, 1950; t. II: *Ordinatio*, l. 1, dist. 1-2, 1950; t. III: *Ordinatio*, l. 1, d.3, 1954; t. IV: *Ordinatio*, l. 1, d. 4-10, 1956; t. v: *Ordinatio*, l. 1, d. 11-25, 1959; t. VI: *Ordinatio*, l. 1, d. 26-48, 1963; t. VII: *Ordinatio*, l. 2, d. 1-13 1973; t. XVI: *Lectura in I Sent.*, l. 1, d. 1-7, 1960; t. XVII: *Lectura in I Sent.*, d. 8-45, 1966; t. 18: *Lectura in II Sent.*, d. 1-6, 1982. Uma das últimas edições – que hoje se consideram de referência no âmbito internacional dos estudos escotianos – intitula-se *Doctoris Subtilis et Mariani B. Ioannis Duns Scotis Ordinis Fratrum Minorum Opera Omnia Iussu et Auctoritate Rmi. P. Iosephi Rodriguez Carballo Totius Ordinis Fratrum Minorum Ministri Generalis Studio et Cura Commissionis Scotiscae ac Fidem Codicum Edita*. Vol. XXI, Civitas Vaticana, Typis Vaticanis, 2004.

³⁶ Francisco García Craviotto, *CGIBE*, edição ant. cit.

Deve estabelecer-se, antes do mais, que distam apenas poucos meses entre a primeira edição de uma obra de João Duns Escoto em França e na Itália. Quanto à França, tal ocorreu em Paris, em 1473, com a edição de *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*. Em Itália, porém, mais precisamente em Veneza – como se verá um pouco adiante – tal já se havia verificado em 5 de novembro de 1472, com a (conclusão dos trabalhos de impressão da) obra *Quaestiones in primum librum Sententiarum*, do mesmo autor.

Retomemos, deste modo, os primeiros casos de circulação dos textos de João Duns Escoto em França, no período dos primórdios da actividade tipográfica em Paris. Efectivamente no ano de 1470, Guillaume Fichet, professor de Retórica e Reitor da Sorbonne, e ainda João Heynlin, prior da Universidade, tinham tomado conhecimento da recente descoberta da arte tipográfica na Alemanha, mais particularmente em Mogúncia, graças aos trabalhos de Gutemberg e alguns companheiros de trabalho deste.

Essas duas figuras destacadas da vida universitária francesa chamaram então, a Paris, alguns mestres de arte tipográfica, para ali passarem a letra de forma alguns trabalhos de forma a pô-los ao alcance das comunidades de mestres e estudantes daquela cidade. Tais tipógrafos foram o já bem conhecido Ulrich Gering, que se associou ali a dois outros impressores alemães, Martin Krantz, natural de Stein e Michel Freiburger, natural de Kolmar³⁷.

Tendo estes impressores deixado, num curto espaço de tempo, o seu nome associado à produção tipográfica incunabular cerca de duas dezenas de obras em latim, merece a nossa particular atenção o facto de uma das primeiras obras por eles impressas, em 1473, tenha sido precisamente a obra assim referenciada:

Quaestiones in quattuor libros Sententiarum. Gulielmus de Vorillon: *Vademecum vel collectarium opinionum super easdem quaestiones*. Parisiis. Udalricus [Gering, Martins [Crantz] et Michael [Friburger. 1473]³⁸.

É um facto que hoje é bem conhecida a actividade destes impressores, magistralmente estudada por mestres como Lucien Febvre e Henri-Jean Martin³⁹. O interesse pela obra de Escoto – presumivelmente depois da circulação daquela referida obra tipográfica parisiense por outros meios cultos e universitários franceses – deu, em breve, os seus próprios resultados. Provas disso é o facto de que, logo no ano seguinte, ocorreu em *Argentina*, ou seja, Estrasburgo, uma reimpressão da mesma obra, *Quaestiones in quartum librum Sententiarum*⁴⁰.

Na mesma capital francesa, no entanto, outros impressores franceses, já ali em laboração, estiveram atentos à importância da obra de João Duns Escoto. Assim, num período mais tardio – e já de certo modo coincidente com aquele em que Diogo Lopes Rebelo imprimiu o já referido *Tractatus de productionibus personarum* – foi ali editada, em 1497 (com trabalhos finalizados em 23 de novembro), a obra do mestre oxoniense

Quaestiones in quartum librum Sententiarum, una cum textu Petri Lombardi, Parisiis. Andreas Bocard; *impens.* Johannis Richard, Johannis Petit et Durandi Gerlier⁴¹.

Pode estabelecer-se, de igual modo, que entre a primeira edição parisiense, atrás referenciada de João Duns Escoto em Paris – de 1473 como se viu – e a primeira edição incunabular germânica do mesmo autor referenciada por Francisco Craviotto, datam

³⁷ Jean-Claude Faudouas, «Ulrich Gering», in *Dictionnaire des Grands Noms de la Chose Imprimée*, (prefácio de Henri-Jean Martin), Paris : Éditions Retz, 1991, p. 72.

³⁸ Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2205.

³⁹ Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *L'apparition du livre*, Paris: Albin Michel, 1958.

⁴⁰ Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2206.

⁴¹ Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2207.

nada mais nada menos do que oito anos. Tais trabalhos tipográficos, tendo tido lugar na cidade de Nuremberga, ficaram a dever-se ao impressor germânico Antonius Koberger.

Foi em 1481, com efeito, que naquela urbe alemã foi dada à estampa a obra do filósofo britânico *Quaestiones quodlibetales*⁴². Tudo parece indicar que, nesse mesmo período, aquele impressor pretendeu continuar a dar à estampa outros conhecidos tratados do mestre britânico. Resultado foi o aparecimento, no mesmo ano (e saídos da mesma oficina) de

Quaestiones in quattuor libros Sententiarum. Norimbergae. Antonius Koberger. 1481 ([14]81; 23 Abril; ([14]81; 19 Maio)⁴³.

Deve estabelecer-se que, para o trabalho de impressão deste e de outros tratados (do mesmo autor) que viriam então a ser editados, muito contou a existência de uma significativa soma de códices com textos de Escoto, que chegaram até às mãos dos estudiosos, teólogos e filólogos na grande maioria. Não se deve esquecer, com efeito, que o mestre de Oxford ensinou – durante várias fases interruptas – nos *studia* de Paris. E bem provável que, nesse último quartel do período quatrocentista (ainda) subsistissem nessa cidade alguns códices com a fixação dos textos de alguns dos tratados desse pensador franciscano, aproveitados – em termos de edição tipográfica – por alguns mestres aí activos.

Foram esses eruditos – que laboravam em estreita colaboração com *ateliers* tipográficos como o de Gering – que se encarregaram, com efeito, de contribuir para que tais obras passassem da condição de *manuscritas* para a condição de *impressas*. Era o viver e o assumir de um novo paradigma cultural.

5. A recensão de Duns Escoto em meios escolares na Itália do séc. XV (desde os estudos de Veneza e de Pádua aos de Bolonha e de Pavia)

Aborda-se, agora, a actividade de difusão, pela arte tipográfica, dos principais tratados de João Duns Escoto na Itália do século XV (não nos detendo, aqui, desta feita, sobre a circulação dos tratados do mestre britânico, em meios franciscanos e jesuíticos da Ásia Extrema⁴⁴). Tendo estas acções tipográficas transalpinas ocorrido a par da actividade similar em França e da Alemanha, verifica-se que tanto em Veneza como em Pádua ou Bolonha tal antecedeu ligeiramente, num plano cronológico (como já se disse), o verificado em cidades francesas.

No plano da circulação de códices de João Duns Escoto em Itália, é de não esquecer, a propósito, que quer em meios intelectuais no Vaticano, em plena Idade Média, quer em outros, das mais variadas regiões do interior da Itália – como no mosteiro do

⁴² Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2190.

⁴³ Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2198.

⁴⁴ Em síntese bastará referir que numa grande China, os jesuítas tiveram um papel significativo na difusão do pensamento de Duns Escoto (tal como sudera, aliás, no Indústão, com a sua afirmação dos tratados de S. Boaventura). Veja-se, a título de exemplo que na Biblioteca dos Jesuítas de Pequim existiram, entre outras, edições como a *Philosophia Scoti*, por Jean-Gabriel Boyvin, OMObs. (Paris, 1681); a *Theologia Scoti*, fixada pelo mesmo (Paris, 1671); as *Quaestiones Quodlibetales*, 4 vols. (Paris, 1519); *Super Sententias*, fixadas por Salvator Batolucio (Veneza, 1680); *Commentaria in Primum Librum Sententiarum*, em fixação de Petrus Posnaniensis (Mogúncia, 1612); ou *Commentaria in Tertium Librum Sententiarum*, fixado por Francesco Pitigiani (Veneza, 1613). – Remete-se (para além dos volumes antológicos da *Sinica Franciscana*) para *Catalogue de la Bibliothèque du Pé-T'ang*, Pequim: Imprensa dos Lazaristas, 1949. Veja-se, de igual modo, o estudo de Achilles Meersman, OFO, “The Institution of Commissaries General for the Portuguese Franciscans in the East”, in *Archivum Franciscanum Historicum*, vol. 59, 1966, pp. 105-138.

Valle d’Aosta (onde o oxoniense foi copiado e estudado nesses tempos medievos) – o filósofo britânico foi não apenas analisado em profusão como também comentado. Foi precisamente a partir desses códices transalpinos que alguns mestres – inclusivamente religiosos da família Franciscana – passaram a estabelecer as respectivas *lições de texto* de tais tratados⁴⁵ que, a partir do último quartel do século XV, passaram para o domínio do impresso.

Fora efectivamente em 5 de novembro de 1472 que Vindelínus de Spira dera por terminada a impressão, em Veneza, de uma das mais antigas obras de Duns Escoto que conhecemos como difundida pelas técnicas do impresso, o já aludido tratado *Quaestiones in primum librum Sentiarum*. Esta destinara-se, como se presume, a meios escolares quer de cidades italianas quer de outras cidades europeias, para onde foi exportada.

Tudo parece indicar que essa primeira obra conheceu um êxito significativo, na sua recepção nos referidos meios escolares. Prova disso é que quer este quer outros impressores que laboravam (ou passaram a laborar), naquela e em outras cidades italianas, em breve passaram a editar outros tratados do mesmo mestre oxoniense.

É evidente que os prelos da cidade de Veneza tiveram, naturalmente, um papel precursor – no momento em que as edições de Aristóteles⁴⁶ beneficiavam aí de uma particular circulação pelo impresso – em todo este processo da difusão do pensamento escotiano também em letra de forma. Há que registar, no entanto, que em breve outras cidades como Bolonha e Pádua passaram, também elas, a ver ser aí editados, de igual modo, esses mesmos tratados do filósofo britânico. Numa leitura necessariamente transversal (e sumária), vejamos-se, pois, as principais edições incunabulares escotianas de Veneza⁴⁷:

5.1. A edição incunabular escotiana em Veneza

- *Quaestiones in primum librum Sententiarum*, Veneza, 1472, 5 de novembro, Vindelínus de Spira (CGIBE, 2202);

- *Quaestiones in primum librum Sententiarum*, Veneza, 1472, 19 de novembro, [Tip. epónima], impens. Antonii [Miscomini] Bononiensis et Christophori Bellapiera, (CGIBE, 2203);

- [in Johannes de Colonia] *Quaestiones selectae ex libris Joh. Duns Scoti in libros Sententiarum Metaphysicorum, De anima et quodlibetales, abbreviatae et per alphabetum ordinatae*, Veneza, [c. 1476-77], Vindelínus de Spira (CGIBE, 3211);

- *Quaestiones quodlibetales*, Veneza, 1477, 7 de outubro, Johannes de Colonia et Johannes Manthen (CGIBE, 2189);

⁴⁵ Está ainda por estabelecer, numa perspectiva global e transversalizante, um estudo exaustivo sobre as famílias/tipologias de códices italianos com tratados de Duns Escoto e o respectivo aproveitamento para o terreno do impresso. Importa enaltecer, no entanto, o relevante papel desempenhado neste processo pelo P. Balic. Veja-se, por exemplo, o seu trabalho na *Grande Antologia Filosófica*, Milão, 1954, vol. IV, pp. 1335 e sgts.; e, do mesmo Pe. Balic, “Au sujet de l’édition critique des oeuvres de Jean Duns Scot”, *L’homme et son destin*, 1960, pp. 229-239.

⁴⁶ Remetemos para Manuel Cadafaz de Matos, “Unidade e diversidade das edições impressas, de e sobre Aristóteles, entre os séculos XV e XVI: I - As edições italianas de Aristóteles nas três últimas décadas do século XV (para a história da edição aristotélica na Itália do Renascimento)”, in *A Apologia do Latim* In Honorem Dr. Miguel Pinto de Meneses (1917-2004) vol. I, Lisboa, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição – CEHLE, pp. 251-282; e, id., “Os estudos aristotélicos (e averroístas) em Veneza e Pádua ao longo do século XVI”, in *Revista Alpha*, Revista da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Patos de Minas, Ano 9, n.º. 9, Patos de Minas, Brasil, novembro de 2008, pp. 192-211.

⁴⁷ É óbvio que não pretendemos que esta listagem de impressos incunabulares transalpinos (nem também os referenciados como franceses e alemães), de João Duns Escoto, seja considerada exaustiva.

- *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*, Veneza, [1477, 26 de julho / 1478, Janeiro], Johannes de Colonia et Johannes Manthen (*CGIBE*, 2197);

- *Quaestiones quodlibetales*, Veneza, 1481, 14 de Novembro, Johannes Herbort, *impens.* Johannis de Colonia, Nicolai Jenson et sociorum (*CGIBE*, 2191);

- *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*, Veneza, 1481, 10/22/13 de Novembro, Johannes Herbort, *impens.* Johannis de Colonia, Nicolai Jenson sociorum-que (*CGIBE*, 2199);

- *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*, Veneza, [1490], 17 de julho, 3 de Março, 21 de Abril, 3 de Novembro (*CGIBE*, 2200);

- *Quaestiones quodlibetales, De primo rerum principio*, Veneza, [1490], Bernardinus Ricius (*CGIBE*, 2192);

- *Quaestiones in Aristotelis Metaphysicam. De primo rerum principio*⁴⁸, Veneza, 1497, 20 de novembro, Bonetus Locatellus, *impens.* Octaviani Scoti (*CGIBE*, 2194);

- *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum, cum textu Petri Lombardi*, Veneza, 1497, 18 de dezembro, Bonetus Locatellus, *impens.* Octaviani Scoti (*CGIBE*, 2201);

- *Quaestiones quodlibetales*, Veneza, 1497/98, 3 de fevereiro, Bonetus Locatellus, *impens.* Octaviani Scoti (*CGIBE*, 2193);

- *Quaestiones in Aristotelis Metaphysicam. De primo rerum principio*⁴⁹, Veneza, 1499, 20 de Agosto, Johannes [Hamman] Hertzog, *impens.* Andreae [Torresani] de Asula (*CGIBE*, 2195);

5.2. A edição incunabular escotiana entre Pádua, Bolonha e Pavia

Num certo paralelismo, enquanto decorria a acção tipográfica incunabular veneziana com vista à acção de difusão dos principais tratados de Escoto, também na cidade vizinha de Pádua se registou um movimento similar nesse mesmo sentido. Tal decorreu, embora, em muito menores proporções, na medida em que, reconhecidamente, as obras saídas dos prelos de Pádua também eram canalizadas para os estudantes das instituições paduanas quatrocentistas.

Saliente-se assim que cerca de dois anos depois de se ter iniciado a difusão de Escoto, pelo impresso, em oficinas venezianas, foi editada em Pádua, em 1474, do mestre oxoniense, a obra

Quaestiones in secundum librum Sententiarum [Patavii], Albertus de Tendalia⁵⁰.

O mesmo impressor, porém, não se limitou a dar ao prelo essa obra de Duns Escoto. No mesmo ano, com efeito, imprimiu, na mesma cidade, o tratado do referido mestre,

⁴⁸ Nesta edição incunabular foi incluída, ainda, a obra hoje considerada de “pseudo-Duns Escoto”, *Theoremata. Omnia cum epitomatibus seu castigationibus Mauriti de Portu Hiberniae*.

⁴⁹ Também nesta edição incunabular foi incluída a obra hoje considerada de “pseudo-Duns Escoto”, *Theoremata. Omnia cum epitomatibus seu castigationibus Mauriti de Portu Hiberniae*.

⁵⁰ Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2204

*Quaestiones Quodlibetales. [Patavii]*⁵¹.

E na cidade onde floresceu a mais antiga universidade do mundo, Bolonha? Como decorreram, nessa urbe, as primícias da difusão dos tratados de Escoto pela arte do impresso?⁵².



Alguns escolares no *studium* de Bolonha, em pleno século XIV (segundo um relevo existente no Museu Cívico de Bolonha)

Os dados em presença indiciam que algumas das edições parisienses do mestre franciscano de Oxford já circulavam, em 1478, nos meios universitários bononienses⁵³. Foi então que aí veio a ser dada à estampa nesse preciso ano (com trabalhos tipográficos concluídos em 6 de de abril), a obra de Duns Escoto

*Quaestiones in libros Sententiarum, quae Reportata Parisiensi inscribuntur: liber primus. [Bononiae]. Johannes [Schriber] de Annunciata*⁵⁴.

Os intelectuais portugueses, em particular os da família Franciscana, também tinham, em terras de Itália, uma palavra a dizer neste mesmo âmbito da difusão do pensamento de João Duns Escoto pelas técnicas do impresso em fins do século XV. Foi efectivamente o franciscano Frei Gomes de Lisboa que c. de 1490 viu ser impresso, na cidade de Pavia, um tratado seu. Tratou-se da reflexão própria que este pensador estabeleceu, inspirado em João Duns Escoto, na sua obra a que deu o título

*Quaestio de cuiuscumque scientiae ac praesertim de naturali subiecto. [Papiae. Antonius de Carcano, c. 1490]*⁵⁵.

⁵¹ Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2188.

⁵² De particular interesse, neste domínio, o estudo de Celestino Piana, OFM, “Gli inizi e lo sviluppo dello Scotismo a Bologna e nella regione Romagna-Flaminia (sec XIV-XVI)”, in *Archivum Franciscanum Historicum*, Grottaferrata: Fondazione Collegio S. Bonaventura, vol. 39, 1946, pp. 49-80.

⁵³ Deve-se ao Pe. A. D. Sousa Costa, com quem tivemos o grato prazer de colaborar, na última fase da sua vida – quer sobre o Bulário do século XII (acerca da tomada de Silves, no Algarve), quer sobre Santa Beatriz da Silva e o período quatrocentista peninsular – alguns dos mais importantes estudos realizados sobre os meios universitários de Bolonha. Remete-se, em particular, para a sua obra *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, 2 vols., Publicações do Real Colégio de España, col.º. “Studia Albornotiana”, 1990.

⁵⁴ Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2196.

Trata-se de uma conhecida obra – traduzida pelo saudoso mestre, Dr. Miguel Pinto de Meneses, sob o título *Questão muito útil sobre o objecto de qualquer Ciência e principalmente da Filosofia Natural*⁵⁶.

Algumas conclusões

Pelo exposto, pode concluir-se que também alguns intelectuais portugueses, nos fins do século XV, tiveram um papel importante quer no estudo quer na difusão das ideias do mestre franciscano João Duns Escoto.

Nos meios universitários parisienses, mais particularmente no Colégio de Navarra, Diogo Lopes Rebello (Diego Lupi) teve um papel de certo modo significativo quando estudou e fez editar, entre 1493 e 1500, desse filósofo britânico, o *Tractatus de productionibus personarum*.

Sabendo-se que também na Alemanha e, sobretudo em Itália – com predominância para os meios de Veneza, Pádua, Bolonha e Pavia – os trabalhos de Duns Escoto foram também difundidos no período incunabular, foi precisamente na última destas cidades, Pavia, que, pela mão de um outro português, Frei Gomes de Lisboa, os estudos e a edição escotiana passaram a conhecer outro momento de relevo.



Gravura seiscentista de João Duns Escoto

Neste ano de 2009, em que se celebra o centenário da morte de João Duns Escoto, a obra deste pensador e mestre de Oxford e de Paris bem merece em meios cultos

⁵⁵ Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2673.

⁵⁶ Esta obra de Frei Gomes de Lisboa – bem conhecido, também, como antiaverroísta – mereceu uma cuidada edição, em Lisboa, no âmbito da colecção do Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, anexo à Faculdade de Letras de Lisboa (o qual era, à época, dirigido pelo Prof. Artur Moreira de Sá), em 1964. Para além da cuidadosa tradução do latim pelo Dr. Pinto de Meneses, beneficiou ainda de introdução pelo Doutor Joaquim Cerqueira Gonçalves, O.F.M. Para os trabalhos desta edição foram utilizadas reproduções do exemplar do incunábulo original existente na Biblioteca Colombina, em Sevilha.

portugueses, com efeito, quer o desenvolvimento de novos estudos quer, se possível, a difusão de algum dos seus mais interessantes tratados filosóficos.

Addendum

(um franciscano seiscentista português em Valladolid)

Foi notória a interacção entre religiosos de várias ordens no âmbito de produção de trabalhos históricos, literários, ou artístico-musicais alusivos a Sant'Iago apóstolo, até fins da Idade Média, quer em Portugal quer em Castela. Motivados por interesses comuns, ou seja, louvar o santo que se acreditava ter as suas ossadas depositadas em Compostela, tais eclesiásticos como que deixaram bem vivo um fermento cultural e espiritual que se veio a prolongar nestes dois países ao longo da Idade Moderna, até praticamente aos começos do período setecentista.

Da parte dos franciscanos, que estiveram activos em Castela e ali deixaram trabalhos religiosos e filosóficos de significativa importância – quer da sua própria autoria, quer mesmo de tradução – há a registar o caso de, já num período bastante tardio em relação àquele que aqui abordamos, Frei Francisco do Rosário. Este, que tinha nascido no Barreiro (Portugal) em 27 de abril de 1688, rumou algumas décadas depois para a cidade castelhana de Valladolid.

No convento franciscano dessa cidade de Espanha, além de ter estudado Artes e Teologia, foi muito espirituoso na arte musical do «canto-chão» (onde também foi, segundo o bibliógrafo português Barbosa Machado, «vigário dez anos do coro»). Na sua aludida espiritualidade, teve uma significativa proximidade quer à Patrística grega, quer aos principais mártires do Cristianismo.

Precisamente em Valladolid, Frei Francisco do Rosário tomou conhecimento da interessante produção textual de Frei Joannes Perez y Lopez (referenciada por Palau e Dulcet, VI: 87), intitulada *Commentaria in I (et in III) librum de abscondito Scoti thesauro nova et vetera proferentia*, em dois volumes, impressa em Barcelona [Barcinone], em 1690. Perez y Lopez foi também o autor de *Representación clara, concisa y sincera de los reguladores privilegios y capacidad de los Faryles menores pera ricibir limosnes*, Saragoça, 1698, in 4º, 36 pp. Este texto, nalguns exemplares, anda anexo à primeira daquelas obras.

Aquele franciscano português acabou, assim, por verter Perez y Lopez para a língua de Camões: *Instantes do heroe subtil e mariano... o venerável padre João Duns Escoto escritos em castelhano pelo P. Fr. João Peres Lopes...*, agora traduzidos em Portuguez pelo P. Fr. Francisco do Rosário, trabalho, do qual, de momento, empreendemos a respectiva edição em fac-simile, comentada. Esta tradução, porém, só foi impressa em Lisboa, na oficina de Miguel Manescal da Costa, em 1744, constituindo, como indica o título da obra, uma aproximação muito séria a um dos filósofos medievais mais doutos (que estabeleceram uma ponte entre a Inglaterra e a França).

Óbidos, 28 de Janeiro de 2009